

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.01.015

ENSINO COLABORATIVO: A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Izaura Maria de Andrade da Silva¹

Liliane Cunha da Silva²

Marcia Moreira da Silva³

Maria do Socorro Feitosa Arruda⁴

RESUMO

Cultivar uma cultura colaborativa na escola, tendo em vista potencializar o trabalho dos professores, principalmente no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência é um desafio da atualidade. A Universidade Federal de São Carlos tem se destacado na produção de pesquisas nessa área. Por esse motivo, o objetivo dessa pesquisa é caracterizar a produção acadêmica de teses e dissertações sobre ensino colaborativo na base de dados do programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no período de 2019 a 2023. Para isto foi realizado um levantamento no repositório institucional com as palavras-chave: ensino colaborativo e coensino nos últimos 05 anos. Foram identificadas 10 produções. O foco da investigação foi nos aspectos conceituais e nas estratégias metodológicas de implementação, buscando evidenciar propostas

1 Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, izaura@ce.ufpb.br;

2 Graduada pelo Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, liliane.cunha.lcs@gmail.com;

3 Mestre pelo Curso de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, marcia.moreiras20@gmail.com;

4 Especialista no Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará – UFC, socor.feitosa@gmail.com.

exitosas para o desenvolvimento de ações que assegurem a prática do ensino colaborativo ou coensino com intuito de garantir o direito à educação aos alunos público-alvo da educação especial. Dessa maneira, os resultados apresentaram que o ensino colaborativo consolida-se como critério para efetivar uma prática educacional que não apenas garante o acesso, mas também, se preocupa com a permanência e a qualidade do ensino ofertado aos alunos. Sendo assim, o ensino colaborativo, ainda pouco estudado no Brasil, possui caráter indispensável na construção de contextos pedagógicos de inclusão escolar, com vistas a garantir a melhoria do processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo, Coensino, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (2008) tem promovido a ampliação do acesso de estudantes com deficiência às classes comuns em todos os níveis e modalidades de ensino. No entanto, a matrícula por si só, não garante a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes. Estudos recentes apontam a necessidade de constituir uma rede de apoio, entendida aqui “como um conjunto de organizações ou profissionais que prestam serviços sincronizados e em colaboração com educadores, com a finalidade de apoiar a escolarização de estudantes com deficiência em classes regulares” (Camargo, 2022, pg. 33). Entre esses serviços, temos consultoria colaborativa, serviço itinerante, ensino colaborativo (ou coensino), a sala de recurso multifuncional, entre outros.

A PNEEPEI prevê o Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar em sala de recurso multifuncional, no contraturno. De acordo com censo escolar de 2023 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 42% dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e com altas habilidades/superdotação estão matriculados na sala de recurso multifuncional. A maioria, 53% dos estudantes públicos-alvo da educação especial, está matriculada na escola comum sem atendimento educacional especializado. E 5% desta população está em escolas de educação especial. Há várias críticas ao modelo único das salas de recursos multifuncionais, além de não ter cobertura suficiente no país, o AEE separado da classe comum, nas salas de recursos reforça que é nesse lócus que se acomoda a diferença enquanto o resto todo da escola se mantém como está. Há também uma demanda excessiva de trabalho para o professor especializado, nas salas de recursos multifuncionais, não deixando tempo hábil para atuar com o professor da sala comum, que é aquele que permanece mais tempo com o estudante público-alvo da educação especial em sala de aula. (Mendes; Malheiros 2012). Estudos atuais da área de educação especial propõem que ao invés de retirar o estudante com deficiência da sala de aula para prover o suporte, trazer o suporte para sala de aula. Nessa perspectiva, temos o ensino colaborativo conhecido também como coensino. Temática abordada neste artigo.

Essa pesquisa sobre coensino faz parte de uma série de estudos desenvolvidos no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Especial (GEPE) da Universidade Federal da Paraíba, buscando evidenciar propostas exitosas para

o desenvolvimento de ações que assegurem a prática do ensino colaborativo ou coensino no intuito de qualificar a educação aos alunos público-alvo da educação especial. Para atingir esse propósito, desenvolveu-se uma investigação, cujo objetivo é caracterizar a produção acadêmica de teses e dissertações sobre coensino e ensino colaborativo na base de dados do programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no período de 2019 a 2023. Neste período de cinco anos foram identificadas 10 produções, sendo 6 dissertações e 4 teses. Depois da leitura dos resumos foram selecionadas 6 produções para análise. A questão central que norteou essa investigação foi: Quais os caminhos estão sendo percorridos na construção do coensino nas pesquisas nos últimos cinco anos no programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos? Para responder essa questão, foi realizada a leitura e análise das produções encontradas, bem como, apresentação e discussão nos encontros do grupo. Apresentaremos neste artigo uma síntese do trabalho realizado

É pertinente ressaltar que, por tratar-se de um grupo de pesquisa em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e, por conseguinte, no Estado de São Paulo já existir uma resolução que valida a ampliação da oferta de serviços apresentando o Ensino Colaborativo ou Coensino como serviço a ser ofertado aos educandos com deficiência matriculados na rede, enquanto pesquisadoras, nos sentimos curiosas e inquietas sobre a temática. O motivo que nos levou a escolher a Universidade Federal de São Carlos (SP) é porque foi nela que foi desenvolvido o primeiro Programa de Pós-graduação no Brasil em Educação Especial, organizado na década de setenta para atender a demanda de formação para professores nesta área de conhecimento. Desde 2001, esse Programa instituiu uma linha de pesquisa em ensino colaborativo. Os estudos realizados pelo Programa indicavam a colaboração entre profissionais da Educação Especial e ensino regular, como alternativa para enfrentar os desafios ainda postos e apontava de fato para essa via de colaboração como um caminho promissor para a construção de escolas mais inclusivas. (Mendes; Almeida; Toyota, 2011).

Mas o que significa coensino? Qual sua origem? Por que ele é importante no processo de cultivo de cultura colaborativa inclusiva na escola?

O coensino ou ensino Colaborativo foi proposto na década de oitenta, nos Estados Unidos para atender, principalmente, o público-alvo de educação especial na classe comum. Segundo Mendes, Almeida e Toyoda (2011, p. 85) o

Ensino Colaborativo “é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes”. o foco não é apenas o público-alvo da educação especial, mas a turma toda na sua heterogeneidade, diferenças, complexidades. Diferente de outros serviços de Atendimento Educacional Especializado, no qual o aluno sai do espaço comum da sala regular para usufruir do serviço, no coensino é o professor especializado e os recursos que são transferidos para classe comum. O Ensino colaborativo ou coensino, considerando a realidade brasileira, deve ser implementado de forma articulada com outros serviços como o da sala de recurso multifuncional para suprir as demandas dos estudantes público-alvo da educação especial.

Coensino e ensino colaborativo são empregados como sinônimo no nosso país e difere da bidocência, pois não se resume na presença de dois professores na sala de aula, mas estabelece que esses professores sejam do ensino regular e da educação especial.

Em pesquisa na literatura científica em países com mais experiência no modelo do ensino colaborativo, Vilaronga e Mendes (2014) trazem reflexões de autores estrangeiros sobre essa estratégia de organização para efetivação da inclusão escolar. segundo as referidas autoras: Friend e Hurley Chamberlain (2007) que citam como características essenciais ao coensino: os alunos da educação especial os quais recebem o atendimento especializado no contexto da própria sala de aula; há dois profissionais licenciados que atuam em parceria, um como educador geral e um como educador especial; ambos atuam diferentemente no processo de ensino. O educador geral se responsabiliza em primeiro lugar pelos conteúdos e o educador especial em facilitar o processo de aprendizagem; deve se utilizar diferentes formas de agrupamentos dos alunos e os professores trabalham com todos os estudantes.

Conderman, Bresnahan e Pedersen (2009) destacam como pré-requisito para coensinar a paridade baseada no espírito de equidade, não hierarquização na tomada de decisões referente ao processo de ensino aprendizagem e valorização dos conhecimentos dos profissionais envolvidos.

Argueles, Hughes e Schumm(2000) definem sete fatores para o sucesso do coensino: Suporte administrativo, tempo para planejamento em comum, flexibilidade, correr risco, definições de papéis e responsabilidades, compatibilidade e habilidades de comunicação. Conderman, Bresnahan e Pedersen

(2009) enfatizam também o tempo de reflexão e avaliação do processo de ensino aprendizagem.

O processo de constituição do coensino não é fácil, exige um tempo para que as relações entre os professores se consolidem e os fatores apontados acima são essenciais, principalmente o apoio da gestão com o suporte administrativo e o planejamento em conjunto.

METODOLOGIA

O presente trabalho buscou caracterizar a produção acadêmica de teses e dissertações na base de dados do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEE) da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, no período compreendido entre 2019-2023, sobre o tema ensino colaborativo ou coensino. Assim, foi realizada a busca no repositório institucional com os descritores: 1-ensino colaborativo e 2-coensino, nos últimos 05 anos. O critério para seleção dos trabalhos foi o emprego de um ou os dois descritores dentre as palavras-chaves, no resumo ou em qualquer parte do texto.

A pesquisa foi realizada em todo repositório e o primeiro descritor utilizado foi Ensino Colaborativo, sendo encontrado um total de 07 trabalhos, dentre eles 04 dissertações e 03 teses. Em seguida foi aplicado o descritor Coensino e, em seguida, localizado um total de 06 trabalhos, dentre eles 04 dissertações e 02 teses. Após a retirada dos trabalhos repetidos, que ocasionalmente apareceram com a busca por ambos, foram identificadas 10 produções. Depois de verificado o conteúdo dessas publicações, com intuito de buscar investigar o quanto eram pertinentes ao foco do presente estudo, foram selecionados 06 trabalhos, incluindo-se então: 03 teses e 03 dissertações.

Os critérios de inclusão das produções selecionadas para o escopo desta análise destacam-se pelos aspectos conceituais, além das estratégias metodológicas de implementação, ao que concerne o destaque das propostas exitosas para o desenvolvimento de ações que assegurem a prática do ensino colaborativo ou coensino. Para tanto, com o propósito de garantir o direito à educação aos alunos público-alvo da educação especial, apontando os caminhos percorridos para a construção do coensino na realidade brasileira.

Nas produções selecionadas foram destacados o conceito de coensino, os objetivos, as metodologias utilizadas e os resultados alcançados.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os dez trabalhos selecionados inicialmente constam no quadro 1

Quadro 1 – Lista das Produções selecionadas pelos descritores ensino colaborativo e coensino no banco de dados da UFSCar

TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR	ANO/DATA	MESTRADO / DOUTORADO	LINK PARA ACESSO
A atuação da equipe multiprofissional dos Institutos Federais com os estudantes público-alvo da Educação Especial	Volante, Daniele Pinheiro	2023-02-24	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17795
Serviços de apoio na Educação Física escolar: atuação do professor especialista em Educação Física Adaptada	Camargo, Lauren Lopes	2022-11-17	Tese	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17259
Avaliação de um programa de formação docente sobre inclusão escolar aliando ensino colaborativo e diferenciado	Santos, Keisyani da Silva	2021-10-15	Tese	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15665
Ações colaborativas entre atendimento educacional especializado e educação física: possibilidades para inclusão escolar	Pavão, Rita de Cássia de Almeida	2023-02-28	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17715
Culturas colaborativas e inclusão escolar: limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola	Silva, Maria do Carmo Lobato da	2020-09-29	Tese	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13428
Formação colaborativa reflexiva de professores para o atendimento escolar hospitalar	Pacco, Aline Ferreira Rodrigues	2020-07-06	Tese	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13180
Coensino e Educação Física Escolar: perspectivas colaborativas para a inclusão de estudantes com deficiência	Gatti, Melina Radaelli	2020-01-24	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13513

TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR	ANO/DATA	MESTRADO / DOUTORADO	LINK PARA ACESSO
Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa	Muniz, Joice Daiane	2019-01-31	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11916
Formação e atuação em coensino dos egressos de licenciatura em educação especial	Stopa, Paula Cristina	2021-05-27	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14649
Desafios na articulação entre professoras de um centro de atendimento educacional especializado e escola regular para oferta de tecnologia assistiva	Lopes, Andressa	2019-02-26	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11141

Após uma leitura atenta dos resumos, verificou-se que quatro das produções selecionadas não se enquadram na proposta teórica de ensino colaborativo, por trazerem elementos que diferem do coensino. Dos dez trabalhos, apenas seis atendiam aos objetivos da pesquisa.

Quadro 2 – Lista das produções selecionadas para análise

TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR	ANO/data	MESTRADO / DOUTORADO	LINK PARA ACESSO
Serviços de apoio na Educação Física escolar: atuação do professor especialista em Educação Física Adaptada	Camargo, Lauren Lopes	2022-11-17	Tese	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17259
Avaliação de um programa de formação docente sobre inclusão escolar aliando ensino colaborativo e diferenciado	Santos, Keisyani da Silva	2021-10-15	Tese	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15665
Culturas colaborativas e inclusão escolar: limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola	Silva, Maria do Carmo Lobato da	2020-09-29	Tese	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13428
Coensino e Educação Física Escolar: perspectivas colaborativas para a inclusão de estudantes com deficiência	Gatti, Melina Radaelli	2020-01-24	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13513

TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR	ANO/data	MESTRADO / DOUTORADO	LINK PARA ACESSO
Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa	Muniz, Joice Daiane	2019-01-31	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11916
Formação e atuação em coensino dos egressos de licenciatura em educação especial	Stopa, Paula Cristina	2021-05-27	Dissertação	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14649

Como podemos constatar, pelo quadro 2, foram analisadas 3 dissertações e 3 teses, sendo 1 dissertação em 2019, uma tese e dissertação em 2020, uma tese e dissertação em 2021 e uma tese em 2022. Não foram identificadas produções em 2023.

No que diz respeito ao conceito de coensino/ensino colaborativo, todos os autores estudados Silva (2020), Santos (2021), Gatti (2020), Camargo (2022), Muniz (2019) e Stopa (2021) descrevem o conceito como uma parceria entre professor da sala comum e professor especializado em educação especial no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, nas ações de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares no contexto da sala regular. O foco não é só o público-alvo da educação especial, mas a turma toda. Silva (2020) acrescenta que ambos os profissionais devem ser voluntariamente engajados na tomada de decisão compartilhada e trabalham para um objetivo comum. É uma interação que tem como pressuposto a *paridade*, dado que, na colaboração, a contribuição de cada participante é igualmente valorizada. Já Camargo (2022) compreende como estratégia para acessar o currículo da educação geral e fazer a ponte entre o conhecimento dos conteúdos da educação geral com a educação especial. Muniz (2019) entende como modelo de prestação de serviço da educação especial.

Quanto aos objetivos das produções selecionadas, os trabalhos de Silva (2020) e Santos (2021) visavam planejar, implementar e avaliar um curso de formação docente na perspectiva do ensino colaborativo. Stopa (2021) também investiga a formação, mas com objetivos diferentes das primeiras autoras. ela se propõe a descrever e analisar as experiências formativas, e se elas contribuíram para formação e atuação em coensino dos profissionais egressos de educação especial dos cursos de licenciaturas em educação especial. Gatti (2020) e Camargo (2022) se propuseram a analisar limites e possibilidades do

ensino colaborativo no contexto da Educação Física. Muniz (2019) propõe avaliar adaptações nos conteúdos em leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa.

Nenhuma das pesquisas estudadas avaliou a prática do ensino colaborativo assumido como política pública do Estado de São Paulo desde 2021. (São Paulo, 2021) as primeiras ações voltadas ao ensino colaborativo, na rede de ensino estadual, vêm a partir de 2017, com a regulamentação das aulas ao professor(a) da Educação Especial para observação e/ou acompanhamento do(a) estudante em sala de aula regular, por meio da Resolução SE nº 68, de 12 de dezembro de 2017 (SÃO PAULO, 2017). Ante o exposto, é pertinente considerar que, mesmo com a criação da resolução, seja como um programa de intervenção, ou como práticas de ensino colaborativo no Estado de São Paulo que necessitam de avaliação e estudo para verificar os limites e possibilidades da implementação desse serviço educacional na nossa realidade, levando-se em consideração que, de acordo com os trabalhos analisados, a função do especialista ao compartilhar do mesmo espaço pedagógico de aprendizagem, ou seja, a sala de aula, em parceria com o professor da sala regular, assume para si a função de garantir uma aprendizagem significativa aos alunos que são público-alvo da Educação Especial. Cabe destacar ainda que pode ser entendido como um programa de intervenção que não invalida os serviços já existentes. Os seis trabalhos analisados são unânimes ao apontar que o ensino colaborativo ou coensino vem para somar, no sentido de trabalhar o currículo escolar de maneira equânime, abordando os conteúdos com estratégias específicas em um trabalho de parceria.

As pesquisas de Silva (2020), Santos (2021), Gatti (2020), Camargo (2022) e Muniz (2019) utilizam a abordagem qualitativa e a pesquisa colaborativa nas investigações realizadas. A pesquisa colaborativa, que é um tipo de pesquisa participante, se propõe a colaborar com a resolução de problemas, incentivando o protagonismo dos professores e demais profissionais da escola como co-construtores de conhecimentos. Podendo ser vista simultaneamente como uma atividade de pesquisa e de formação. Nessa perspectiva, o pesquisador e o professor tornam-se colaboradores que contribuem com um trabalho teórico e prático para transformar a realidade educacional.

A pesquisa colaborativa implica processos investigativos que tem, ao mesmo tempo, duas características distintas, mas que estão intimamente relacionadas: a de intervir nos diversos contextos

em que esses processos ocorrem, possibilitando situações em que conhecimentos pudessem ser construídos e reconstruídos colaborativamente pelos participantes da pesquisa e a de analisar cientificamente tais processos. (Mizukami, Andrade; Lima, 2021, pg. 06)

Nas produções estudadas, o pesquisador, especialista em educação especial, torna-se protagonista junto com o professor de ensino regular para desenvolver uma proposta de ensino colaborativo.

Já Stopa (2021) apresenta como metodologia de pesquisa com enfoque qualitativo, descritivo, no qual divide o estudo em três etapas: 1) estudo documental dos projetos políticos pedagógicos de cursos de licenciaturas em educação especial; 2) aplicação de questionários com os egressos dos cursos em licenciatura em educação especial para identificar participantes com experiência em coensino; 3) entrevista sobre experiências formativas de profissionais em coensino.

Quanto aos resultados, a pesquisa de Silva (2020) mostra que o curso oferecido sobre conhecimentos teórico de culturas colaborativas e práticas pedagógicas universais “possibilitaram as equipes de ensino a construção de novos conhecimentos, aumento de expectativas da aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial e ampliação de repertórios para elaboração de planejamentos de aulas colaborativas consubstanciadas em estratégias universais de ensino” (p.208). Os estudos de Silva também demonstram que os desafios para materialização de culturas inclusivas e colaborativas não são pequenos e requerem profundas mudanças em diferentes âmbitos:

- a. Estrutura física, recursos e materiais da escola;
- b. Âmbito da cultura profissional e organizacional; (envolve a percepção de professores e demais profissionais sobre o papel da escola frente à inclusão escolar);
- c. Cultura docente (individualismo constrangido e a colegialidade artificial – que reforçam o caráter do trabalho pedagógico entre AEE e classe comum isolados);

De acordo com Santos (2021) a proposta de vivenciar o coensino e o ensino diferenciado foram alcançados em parte, porque algumas duplas não tinham condições favoráveis para a sua execução. Sobretudo compatibilidade

de horário de planejamento e apoio da gestão administrativa da escola. Na avaliação realizada pelos participantes da pesquisa apontaram a viabilidade de aplicação na sala de aula, além da relevância do conteúdo ministrado no curso e que apesar de coensino e ensino diferenciado serem metodologias distintas, se complementam.

Segundo Gatti (2020) e Camargo (2022) o coensino proporcionou diferentes suportes favoráveis ao estudante com deficiência no contexto da Educação Física. Camargo (2022) também destaca a necessidade de inserir profissionais de Educação Física, adaptada no âmbito da escola regular, como parte da rede de apoio aos estudantes públicos-alvo da educação especial.

Muniz (2019) verificou que as atividades de intervenção destinadas ao estudante com deficiência intelectual proporcionaram-lhe maior autonomia e desenvolvimento. E constatou também a necessidade de formação continuada com professores de como flexibilizar o currículo escolar para possibilitar a inclusão de estudantes com deficiência intelectual.

Stopa (2021) conclui com seus estudos que:

Devido a isto, mesmo que haja certa resistência na implementação do Ensino Colaborativo, nos contextos pesquisados se mostra como um modelo cada vez mais presente e têm apresentado maior aceitação dos educadores envolvidos. O Coensino, diferente do trabalho realizado em Sala de Recursos Multifuncional, promove a articulação do trabalho do educador especial com o professor do ensino comum, pode melhorar as práticas dos educadores na classe comum, uma vez que a mesma exige flexibilidade, diálogo e é constantemente revisitada pelos profissionais envolvidos, gerando impactos para além das suas práticas, como por exemplo, na cultura das instituições onde atuam. (P. 148).

Os resultados dos estudos demonstram que o coensino favorece o desenvolvimento da turma toda e notadamente os estudantes público-alvo da educação especial. Que a cooperação entre os professores é processual e leva um tempo para se tornar realidade e depende principalmente do planejamento em conjunto e do apoio da gestão administrativa. As pesquisas evidenciam também que o ensino colaborativo/coensino é uma prática viável para realidade brasileira. No entanto, necessita ser alvo de políticas públicas, com financiamento e suporte governamental. A inclusão somente se tornará

efetiva com a construção de uma rede de apoio aos estudantes com deficiência no âmbito da classe comum da escola regular.

Os estudos também demonstram que as atividades extraclasse comum, na sala de recurso multifuncional de 50 minutos, duas por semana, não são suficientes para apoiar a aprendizagem e a participação do estudante público-alvo da educação especial. A solução passa em concentrar os suportes no contexto da classe comum, local onde ele passa maior parte de seu tempo. Neste sentido, a proposta do coensino, ao desenvolver um trabalho conjunto entre professor especializado e professor generalista no âmbito da classe comum na perspectiva do desenho universal para aprendizagem beneficia a turma toda e em especial os estudantes com deficiência, contribuindo para superar a divisão entre educação especial e geral. Ambos os professores ao trabalhar o currículo para turma toda com estratégias universais de ensino, considerando as especificidades do grupo, retira o foco no indivíduo e na deficiência para centralizá-lo no contexto, nas relações entre colegas e professores. Refletindo, assim na prática, a teoria do modelo biopsicossocial de compreensão dos meandros da deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, com base nos descritores que escolhemos para o estudo, constata-se que ainda há uma certa confusão entre ensino colaborativo e trabalho colaborativo. Apesar de serem conceitos próximos e que apresentam pontos em comum, também possuem especificidades. O ensino colaborativo tem como palco a sala comum e como personagens: o professor generalista e o professor de educação especial que se propõem a ensinar no mesmo ambiente estudantes com e sem deficiência. O trabalho colaborativo é mais abrangente e envolve múltiplos sujeitos em diferentes espaços. Portanto, os estudos apontam que ensino colaborativo difere de trabalho colaborativo e, estes, por seu turno, não podem ser confundidos. Ao caracterizar a produção acadêmica de teses e dissertações da UFSCAR, levando-se em consideração o período que compreende cinco anos (2019 a 2023), no repositório da Universidade ora objeto de estudo em nosso grupo de pesquisa, utilizando as palavras chave ensino colaborativo e coensino, em linhas gerais, sinônimos, ao encontrarmos após as análises dez produções, focamos nossa atenção no que refere-se aos aspectos conceituais, estratégias metodológicas

da oferta do serviço enquanto intervenção pedagógica na Sala Regular, em um trabalho de parceria entre o professor especialista e o professor generalista, compreendendo as especificidades do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Nesse sentido, é pertinente considerar que quatro trabalhos foram eliminados das análises exatamente por trazer como eixo norteador o trabalho colaborativo. Assim, compreende-se que além de necessitar de mais investimentos na qualificação e oferta do Ensino Colaborativo ou Coensino, fica presente que, mesmo usando referenciais do descritor proposto em nossa pesquisa, na prática, sua aplicabilidade merece um olhar atento para os múltiplos contextos no sentido de evitar interpretações dúbias.

O distanciamento entre a pesquisa e a prática de ensino colaborativo promovida pelo governo do Estado de São Paulo demarca um campo de residências entre teoria e prática, levando-se em consideração que essas práticas ainda estão distantes das propostas teóricas do que seja coensino. Nesse sentido, a hipótese aqui apresentada, não isenta a responsabilidade em desenvolver pesquisas que abarquem essas práticas institucionais para avaliar seus limites e possibilidades.

Ao retomar a questão central do trabalho, quais os caminhos estão sendo percorridos na construção do coensino nas pesquisas nos últimos cinco anos no programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos? Os estudos mostram que há uma ênfase na abordagem qualitativa nas investigações, recorrendo às pesquisas colaborativas. Esta por sua vez, possibilita apontar caminhos possíveis para a formação inicial e em serviço aos profissionais envolvidos na proposta pedagógica, objeto deste estudo.

Ao analisarmos os trabalhos, ficou claro que, em linhas gerais, o ensino colaborativo ou coensino, considerando a realidade brasileira, precisa ser implementado de forma articulada com outros serviços como o da sala de recurso multifuncional para suprir as demandas dos estudantes público-alvo da educação especial. Coensino e ensino colaborativo são empregados como sinônimo no nosso país e difere da bidocência, pois não se resume na presença de dois professores na sala de aula, mas estabelece que esses professores sejam do ensino regular e da educação especial.

A legislação é ampla e vaga, por um lado, ampara a prática de ensino colaborativo, por outro, não aponta as diretrizes operacionais para a sua aplicação e o Estado nem estabelece políticas, tampouco, financiamento para

viabilizar a sua prática em nossas escolas e assim contribuir para efetivação da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC/INEP. **Relatório Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2023**. Brasília, 2024. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em 27/04/2024. Acesso em 9 de junho de 2024

BRASIL MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 20 agosto, 2008.

CAMARGO, Lauren L. **Serviços de apoio na educação física escolar: Atuação do professor especialista em Educação Física Adaptada**. 2022. 213F. Tese de doutorado da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – 2022

GATTI, Melina Radaelli. **Coensino e Educação Física Escolar: perspectivas colaborativas para a inclusão de estudantes com deficiência**. 2020. 137f. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – 2020

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, Brasil, n. 41, p. 81-93, jul.-set. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/29852?locale-attribute=es>. Acesso em: 15 abr. 2024

MENDES, G. M.; MALHEIRO, C. A. L. **Salas de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado?** In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 343-351

MENDES, Enicéia G.; VIRALONGA, Carla A R; ZERBATO, Ana P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EDUFSCar, 2014. 160p.

MIZUKAMI, Maria das Graça N.; ANDRADE, Maria de Fátima R.; LIMA, Francine P. M. Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência. **Revista Estudos Aplicados em Educação** | São Caetano do Sul, SP | v. 6 | n. 12 | p. 5-21 | 2021 | ISSN 2525-703X

MUNIZ, Joice D. **Adaptação curricular em atividades de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual na perspectiva colaborativa**. 2019. 131F. Dissertação apresentada no Programa de Pós -graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, 2019

SANTOS, keisyani S. **Avaliação de um programa de formação docente sobre inclusão escolar**: aliando ensino colaborativo e diferenciado 2021. 232F. Tese apresentada ao Programa de Pós -graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, 2021

SÃO PAULO (Estado). Resolução SEDUC nº 92, de 28 de setembro de 2021. Altera dispositivos da Resolução SE nº 68, de 12-12-2017, para ampliação e reorganização das aulas do ensino colaborativo, no âmbito do atendimento educacional especializado e dá providências correlatas. Disponível em: <https://deguaratingueta.educacao.sp.gov.br/resolucao-seduc-no-92-de-28-09-2021-altera-dispositivos-da-resolucao-se-no-68-de-12-12-2017-para-ampliacao-e-reorganizacao-das-aulas-do-ensino-colaborativo-no-ambito-do-atendimento-educacional-e/> . Acesso em: 05 out. 2023

SILVA, Maria do Carmo Lobato da. **Culturas colaborativas e inclusão escolar**: Limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola. 2020. 282F. Tese de doutorado da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – 2020.

STOPA, Paula, C. **Formação e atuação em coensino dos egressos em licenciatura em educação especial**, 2021,175F. Dissertação apresentada no Programa de Pós -graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, 2021